

RESENHAS 211

FLÁVIO ANTONIO MIRANDA DE SOUZA

ERMINIA MARICATO: O
IMPASSE DA POLÍTICA
URBANA NO BRASIL 213

HELENA TOURINO

FLÁVIO VILAÇA: REFLEXÕES
SOBRE AS CIDADES
BRASILEIRAS 217

CECÍLIA RIBEIRO

BERNARDO SECCHI E AS
CIDADES NO SÉCULO VINTE 223

PARA CONHECER MAIS 227

REVISTA DAS REVISTAS 233

NOTÍCIAS 239

NORMAS EDITORIAIS 243

EDITORIAL

5

Estudos Universitários

O presente número da Revista de Estudos Universitários fez de seu centro de gravidade a temática urbana: o lugar social emblemático das grandes questões contemporâneas. Portanto, encontro marcado, encontro centrado. Os elementos que constituem a organização da cidade põem o desafio de redefinir a conceito de urbanismo – e consequentemente, o desafio de pensar que *urbanidade* é possível quando, quase sempre, seu entorno é inóspito. Talvez não tanto pelo gigantismo acentuado de nossas metrópoles quanto pela desestruturação crescente que as ameaça. Há aqui impasses, mal estar e insegurança.

As cidades se expandem, mas urge dar a essa expansão a dimensão de um Projeto. Pois, se *é do sonho dos homens que uma cidade se inventa*, como quer o poeta, isso convoca o arquiteto a dar concretude às novas possibilidades urbanas.

A coordenação do número foi confiada à experiência de Norma Lacerda e Virgínia Pontual – que constelam o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Uma entrevista com o engenheiro Antônio Bezerra Baltar, concedida a Virgínia Pontual em março de 1993 é um dos momentos fortes.

Quando as políticas públicas eram feitas *para* o público; não necessariamente *com* o público. Daí porque Virgínia Pontual, em alentado artigo muito estimulante – *Louis-Joseph Lebreton e Antônio Bezerra Balthar: planejamento humanista* – traz à lembrança a figura generosa e lúcida do Pe Lebreton, que já alertava para esse distanciamento entre poderes e público. O testemunho do engenheiro encontra a exigência de memória no artigo magistral de Denis Bernardes. Aqui o historiador da cultura situa as primeiras entradas, já na Constituição de 1934, da preocupação e defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico. Bem pouco tempo depois essa proteção se estende à preocupação ecológica; portanto, herdamos um compromisso; no entanto, o surto renovador, o reordenamento do espaço abrindo avenidas, varreu alguns lugares de memória, como os que sagravam a Revolução de 1817 em Recife: a igreja do Loreto, o Hospital e o Quartel. Algumas vezes as boas intenções de modernidade são conseguidas à custa de má memória.

Cecília Ribeiro resenhando Bernardo Secchi e *as cidades no século XX* traz um ponto fulcral para um debate sobre a pertinência de nossos modelos urbanos – e seus limites. Quando resenha o recente *O impasse da política urbana no Brasil*, de Erminia Maricato, Flávio Antônio Miranda de Souza realça a pertinência da questão: há, de fato, um distanciamento enorme entre o ideário reformador da política urbana e o conformismo do setor de produção das grandes empresas.

O artigo de Alberto Sousa e Patrícia Queiroga – *Grandes expansões em cidades ocidentais de 1900* – alarga o debate vendo em retrospecto o modelo de cidade oriundo das expansões de toda ordem – que definem o mundo moderno e, por consequência, direcionam o urbanismo contemporâneo. Quase sempre a expansão precede a necessidade de retificação da prática urbanística; e então veem os planos, os projetos, as reproposições de ocupação do espaço urbano. O artigo de Fernando Guerra – *Algumas literalidades artísticas na formação da cidade barroca* – já aponta o paradigma expansionista cultural; tempos tumultuados e modelo centralizador: *Em meio, portanto a todas essas agitações, florescia a cidade barroca, onde*

a proteção – tão frequente nas cidades medievais – daria lugar à exploração desenfreada, à expansão e à conquista.

A pesquisa de Flávio de Lemos Corsalade e Sabrina Maria de Lima Accioly – *Mineração, paisagem e cultura: o caso de Águas Claras e Nord-Pas de Calais* – toca ponto fundamental: a desfiguração ou transfiguração da paisagem já situando, no lugar, no manejo da face da terra, uma forma de cultura. Os pesquisadores veem no rastro da mineração os traços de um projeto ou uma negligência: *as intervenções na paisagem e as políticas públicas, pois que paisagem é também um bem público*. E então tomam o caso da Serra do Curral: sua importância na composição de visual de Belo Horizonte; e a relação com o processo de mineração no entorno de Águas Claras. Por outro lado, apontam a solução mais feliz em Pas de Calais, reconvertendo a área degradada em serviço público.

A pesquisa de Telma de Barros Correia – *Arquitetura e paisagem industrial: as vilas operárias no Recife* – ilustra bem como o traço arquitetônico traz a extensão de uma realidade social. O artigo de Norma Lacerda – *A convenção confiança-lealdade: fundamento do mercado imobiliário informal no Recife* – retoma e atualiza a questão da relevância do impacto imobiliário no processo de urbanização e na transformação do território, mas agora a partir da realidade mais extensiva e imediata: as áreas mais pobres; a solução encontrada já anuncia a crítica à concentração do mercado imobiliário em algumas poucas mãos; e seu modo engenhoso de convivência e resistência ao recobrar a confiança interpessoal – que o grande mercado imobiliário exclui.

Em dado momentos os arquitetos sonharam em suas pranchas projetos de uma sociedade mais fraterna e igualitária. Como, entre nós, o sonho conjunto da Constituição de 1988: por uma gestão mais democrática dos espaços, com participação mais efetiva das associações de bairro, com acompanhamento de programas e planos de desenvolvimento urbano. Houve avanço, certo, mas não na dimensão do esperado. A tricotomia *habitantes-arquitetos-poder público* ainda expõe uma equação muito desigual. No entanto,

cumprir sonhar arregaçando as mangas: a perda das ilusões não desdiz da esperança. Este número da Revista de Estudos Universitários é, portanto, um convite ao fórum de debate das questões sociais figuradas nos projetos urbanos.

Lourival Holanda

Editor da Revista Estudos Universitários

APRESENTAÇÃO

9

Estudos Universitários

A presente edição da *Revista Estudos Universitários* se organiza em torno de um tema central: a cidade, sendo ela abordada por meio de textos que discutem a política cultural, a permanência dos bens patrimoniais e da paisagem urbana, a contribuição de notáveis pensadores na prática de planejamento urbano e regional, as transações imobiliárias em áreas pobres, o planejamento da expansão urbana, a expressividade arquitetônica das vilas operárias e, ainda, as manifestações da arquitetura barroca.

Inicialmente, traz ao público um texto de Denis Antônio de Mendonça Bernardes e Ângela Nascimento — como uma homenagem *in memoriam* à inestimável contribuição dele ao progresso do pensamento acadêmico. Bernardes foi um dos mais notáveis historiadores da UFPE e ocupava o cargo de editor desta revista quando faleceu em 2012. Seus estudos dedicavam-se ao desvendamento da relação entre memória, informação e sociedade. Em *As pessoas fazem política cultural?* O caso do Cais José Estelita, ele revela o quanto foi um ativo partícipe da luta democrática pela cidade, vista como expressão da cultura e, portanto, da história. Nesse artigo, a questão norteadora de suas reflexões refere-se a quem deve determinar o uso do território da cidade. Após uma